

ʔitũ'íheẽ ou quando tudo mudou: sobre o contato e a ocupação de terras Aikanã na região Corumbiara-Apediá, no sudeste amazônico

ʔitũ'íheẽ - or when everything changed: on contact and occupation of Aikanã lands in the Corumbiara-Apediá region, southwestern Amazon

Lisa Katharina Grund 

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Este artigo aborda processos históricos que trouxeram mudanças fundamentais para os povos da região Corumbiara-Apediá, no sul do estado de Rondônia, com foco nos Aikanã e seus vizinhos, Salamã, Kwazá e Kanoé. Através da aproximação entre a documentação histórica, antropológica e a memória Aikanã, coloca-se em perspectiva o impacto da invasão dos territórios de ocupação tradicional e consequente deslocamento populacional, em função da economia da borracha e, mais tarde, da expansão agropecuarista. O período abordado vai dos primeiros registros feitos sobre os Aikanã e povos vizinhos, no começo do século XX, até meados dos anos sessenta e setenta, quando se iniciaram os projetos de infraestrutura e venda das terras federais, levando os Aikanã a se estabelecerem na atual terra indígena. Através da leitura crítica das fontes disponíveis, destaca-se a história de vários indivíduos, mencionados na memória Aikanã, ou por viajantes e cientistas. Trata-se de uma contribuição à literatura, ainda lacunar, sobre a região Corumbiara-Apediá, que continua sob imensa pressão social e ecológica.

Palavras-chave: Ethnohistória. História oral. Aikanã. Rondônia. Amazônia.

Abstract: This article addresses historical processes that brought fundamental changes to the indigenous people of the Corumbiara-Apediá region, in the south of the state of Rondônia, focusing on the Aikanã and their neighbours, Salamã, Kwazá and Kanoé. By examining historical and anthropological documentation alongside Aikanã memory, it highlights the impact of the invasion of traditional occupation territories and the resulting population displacement due to the rubber economy and, later agribusiness. The period covered ranges from the earliest records of the Aikanã and neighbouring peoples, in the beginning of the 20th century to the mid-1960s and 1970s, when infrastructure projects and the sale of federal lands began, prompting the Aikanã to settle in what is now their indigenous territory. Through a critical reading of the available sources, the article emphasizes the stories of various individuals mentioned in Aikanã memory, or by travellers and scientists who visited the area. This paper is a contribution to the still incomplete literature on the Corumbiara-Apediá region, which continues to be under immense social and ecological pressure.

Keywords: Ethnohistory. Oral history. Aikanã. Rondônia. Amazonia.

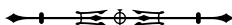
Grund, L. K. (2024). *ʔitũ'íheẽ* ou quando tudo mudou: sobre o contato e a ocupação de terras Aikanã na região Corumbiara-Apediá, no sudeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230063. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0063.

Autora para correspondência: Lisa Katharina Grund. Museu Paraense Emílio Goeldi. Av. Perimetral, 1901 – Terra Firme. Belém, PA, Brasil (lisakgrund@gmail.com).

Recebido em 31/07/2023

Aprovado em 21/03/2024

Responsabilidade editorial: Adam Singerman



INTRODUÇÃO

O Apediá (Pimenta Bueno) e o Corumbiara são dois rios que nascem próximos, mas correm em direções diferentes: o Apediá para os rios Machado e Madeira; o Corumbiara para os rios Guaporé e Mamoré. A região que se encontra entre o Corumbiara e o Apediá é especial em vários aspectos. Somente na região sul de Rondônia, onde estes dois rios se encontram, são faladas aproximadamente 15 línguas indígenas, entre elas três 'isoladas' – Aikanã, Kwazá e Kanoé –, por povos com populações bastante reduzidas (ver Bacelar, 2004; Voort, 2004, 2013; Vasconcelos, 2005) e, de modo geral, pouco conhecidas convencionalmente (Becker-Donner, 1955; Voort, 2016, 2023)¹. Os povos desta região fazem parte do “complexo cultural do marico”, como definido por Meireles (1991; ver também Bacelar, 2014; Grund et al., no prelo)², e que Melatti (2016) propõe como área etnográfica do Guaporé (ver também Lévi-Strauss, 1948; Caspar, 1953). Tais povos compartilham vários traços linguísticos com a região mais ampla do Guaporé-Mamoré (Crevels & Voort, 2008; Voort, 2023).

A exploração da seringa e a consequente dispersão dos povos da região, a que se seguiu o esbulho territorial provocado pela ocupação da terra, são os eventos que causaram transformações fundamentais na vida social destes povos, aqui discutidas³. Hoje, os povos remanescentes, que tiveram suas terras tradicionais na região Corumbiara-Apediá, vivem em terras indígenas dispersas, ilhas de floresta recortadas por estradas, fazendas e áreas urbanas, e nas cidades de Vilhena, Pimenta Bueno, Guajará-Mirim e Porto Velho.

Pretende-se, neste artigo, discutir o impacto dos processos de desterritorialização na região entre os rios Corumbiara e Apediá, que fica hoje dentro do estado de Rondônia; mais especificamente, sobre os Aikanã e seus vizinhos, Salamã, Kwazá e Kanoé. A leitura aqui proposta entrelaça a documentação e a bibliografia histórica e etnológica, assim como a história oral, em particular, as narrativas coletadas em trabalho de campo entre os Aikanã na Terra Indígena (TI) Tubarão-Latundê. Dentre estas, sobressaem as memórias de duas interlocutoras centrais, Dadü Aikanã, cuja mãe é Kanoé, e Wãzerip, uma das últimas remanescentes do povo Salamã. Juntas, tais narrativas oferecem uma perspectiva importante para pensar as relações interétnicas na região, em seu passado recente. Particularmente úteis foram os documentos técnicos e relatórios de viagens no âmbito da Comissão Rondon e da Comissão Urucumacuan (Dequech, 1943, 1988a, 1988b, 1993a, 1993b), o relatório da Turma de Exploração no Oeste de Mato Grosso (Zack, 1943) e o relatório da TI Tubarão-Latundê, escrito pela antropóloga Jane Galvão (1980), como também alguns poucos trabalhos etnológicos da época abordada que mencionam os Aikanã diretamente (Nordenskiöld, 1924; Becker-Donner, 1955, 1962; Hanke, 1956).

O período abordado vai dos primeiros registros sobre os Aikanã e os povos vizinhos, no começo do século XX, até os anos setenta daquele século, quando se iniciam os projetos de infraestrutura, assim como a venda das terras federais a proprietários privados, levando os Aikanã a se estabelecerem na atual terra indígena. A estrutura dos acontecimentos no artigo é inspirada pelos marcadores temporais na memória Aikanã sobre este período⁴.

¹ Línguas que são classificadas como “isoladas” não mostram qualquer “parentesco genético com outra língua e/ou família de línguas” (Bacelar, 2004, p. 21).

² Marico refere-se à arte de fazer bolsas trançadas de fibra de tucumã. Traços característicos das culturas dos povos deste complexo (ver, por exemplo, Caspar, 1953; E. Galvão, 1979) são, entre outros, a construção de malocas em formato de colmeia; a produção e o consumo de chicha, uma bebida fermentada feita de milho ou mandioca doce, cujo papel fundamental de seu consumo é cerimonial em contextos de “integração entre as diversas sociedades” (Meireles, 1991, p. 266); a ausência de mandioca brava e da farinha na dieta; e o xamanismo, que utiliza substâncias alucinógenas, principalmente o pó de angico, como também narrativas mitológicas compartilhadas (ver também Mindlin, 1997; Soares-Pinto, 2009, p. 14).

³ Ver Cunha (2016, 2017) para os Cassupá (Aikanã).

⁴ Sobre marcadores temporais, ver Grund (2023).

Com ênfase na história do deslocamento e na desapropriação do território tradicional, o presente artigo apresenta contribuição à literatura histórico-etnográfica, ainda lacunar, sobre os Aikanã e povos vizinhos, para ampliar a compreensão de seu presente, que ainda sofre significativa pressão social e ecológica.

CONTATO E OCUPAÇÃO NA REGIÃO CORUMBIARA-APEDIÁ

Quando Rondon, no ano 1913, atravessou as terras da região Corumbiara-Apediá e registrou a existência de vários povos, como os Kepkiriwat, Salamã, Aikanã e Kwazá, é provável que eles estivessem apenas em contato esporádico com a sociedade regional. Tal situação se alterou, logo depois, influenciada pela presença mais constante de seringalistas na área, a partir do final do primeiro ciclo da borracha (entre 1879 e 1912).

Em 1913, durante as expedições para a construção de uma linha telegráfica de 1.600 km, realizadas entre 1907 e 1915, ligando Cuiabá e Santo Antônio do Rio Madeira, a Comissão Rondon visitou uma maloca *kepikiri-uats* (Kepkiriwat), de um povo sobre o qual “nenhum explorador dos sertões havia antes dado notícia” (Rondon, 1916, p. 154), que habitava todo o vale do rio Apediá até o rio Comemoração, ao leste. Deste povo, hoje considerado extinto, Rondon registrou alguns nomes dos “numerosos grupos independentes” que compunham sua população: “Baep-uaps, Uarapanan, Barêpits, Uaparanãs, Guêp-uats, etc.”⁵ (Figuras 1 e 2).

Por informação do cacique Kepkiriwat, *Tikeuê*, sobre outros grupos vizinhos na região, Rondon também visitou os *charamain/xaramain* (ou Salamã), *uapurutá* (Wáikuruta, um grupo Aikanã), *bicop-uap* e *barepit* (possivelmente subgrupos Kepkiriwat; Rondon, 2003, p. 203).



Figura 1. General Rondon numa maloca Kepkiriwat, em 1913. Fonte: Rondon (1946, p. 136).

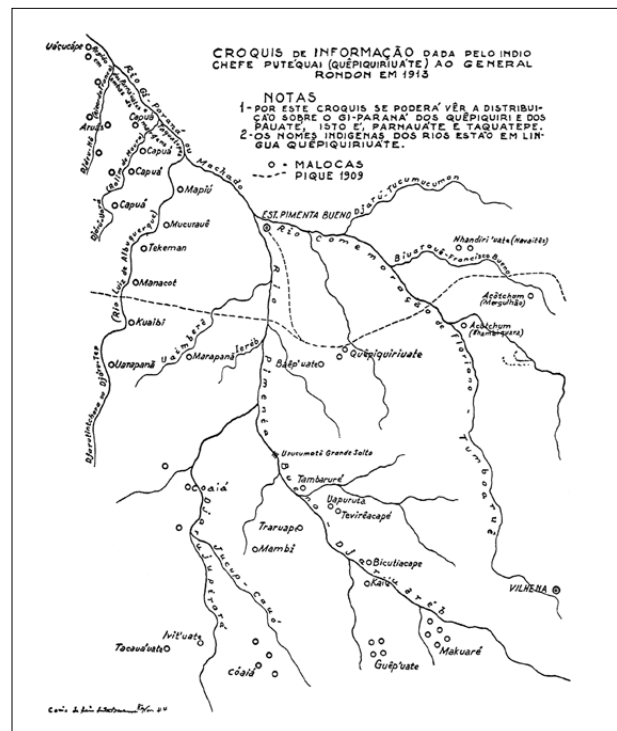


Figura 2. Os rios Apediá (Pimenta Bueno) e Comemoração, e seus tributários. Fonte: Rondon e Faria (1948, p. 183).

⁵ A denominação *warapana* (com as possíveis variações Uarapanan, Uaparanãs), relativa a um povo vizinho, é reconhecida por alguns dos mais idosos da comunidade Aikanã. Em suas anotações à mão, Caspar (1955) sugere que “Warapanã” seria uma língua aparentada dos Salamã e, mais, que o povo Warapana teria se fundido aos Salamã. Embora Wázerip Salamã considere a língua Warapanã ininteligível, os apontamentos de Caspar (1955) refletem as informações sobre relações de parentesco dadas pela idosa Wázerip, como o exemplo da mãe, Jipikin, do famoso cacique Salamã Telêmaco (mencionado mais adiante), que era do povo Warapanã.

No mesmo período em que Rondon e Nordenskiöld fizeram esta primeira documentação de vários povos indígenas da região Corumbiara-Apediá, o empresário e seringueiro italiano Américo Casara viajava da Bolívia pelo Guaporé, com ‘um grande número’ de indígenas quíchuas ‘já pacificados’, trazidos do Peru e da Bolívia. Casara se instalou na região em 1913, construindo o seringal Laranjeiras, próximo à foz do rio Corumbiara. Em 1915, criou a sede do seu seringal no Barranco Alto, onde o rio Verde deságua no rio Corumbiara (Dequech, 1943, p. 5; Figuras 5 e 6). A abertura do seringal de Américo Casara teve um impacto fundamental na região, com varadouros ligando lugares importantes e frequentados pelos povos da

região, como a área ao redor da grande cachoeira Cascata, no rio Apediá. Os Casara (Américo, sua esposa, Ema e seu filho, Giacomio) exploravam a borracha e outros produtos florestais. Utilizando-se do trabalho dos Aikanã, Salamã, Kanoé, entre outros, como também dos indígenas peruanos e bolivianos que trouxeram, extraíram borracha, poaia (*Psychotria ipecacuanha*) e mogno (*Swietenia macrophylla*).

Durante o tempo da chegada de Casara, outros seringueiros subiam o Corumbiara e se instalavam no rio Verde, ajudados pelos Ki-Apôr (provavelmente um grupo Mekens, isto é, Sakurabiat). Dequech (1943, p. 2), entretanto, considerava: “Não há dúvida que o Corumbiara foi bastante reconhecido outrora e depois abandonado por quasi seculo e meio”.

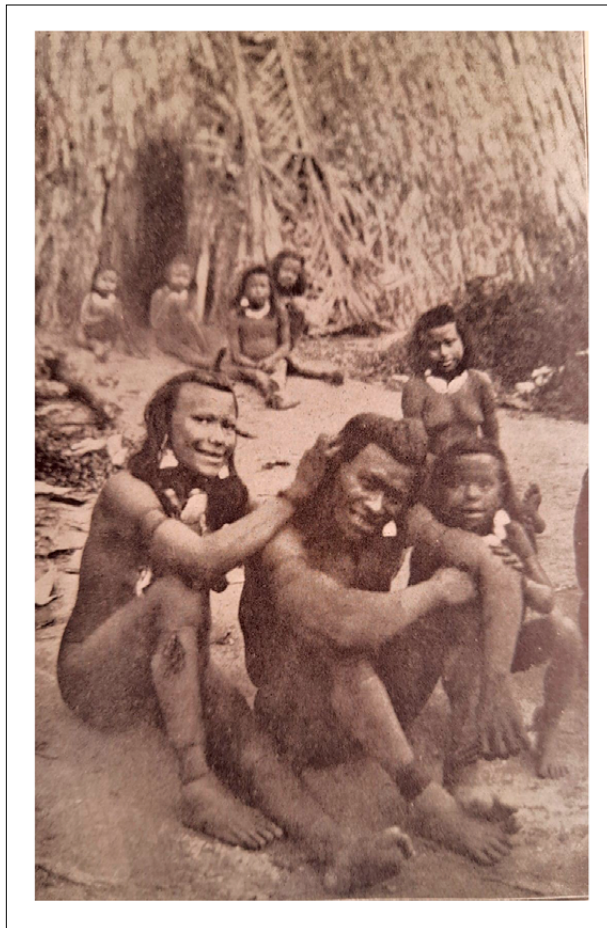


Figura 4. A maloca aikana do cacique Dukaria, visitada por Nordenskiöld. Fonte: Nordenskiöld (1924, imagem 38).

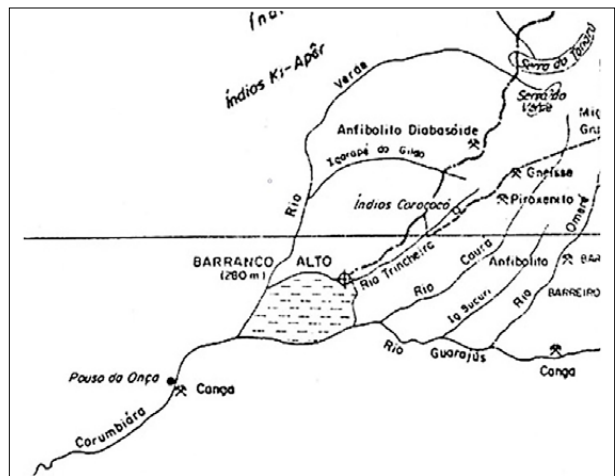


Figura 5. Localização de Barranco Alto. Fonte: Dequech (1993a, p. 3).



Figura 6. Localização de Barranco Alto. Fonte: Rondon e Mattos (1952).

Referia-se à missão S. Simão, do padre Francisco Xavier, que os espanhóis criaram na margem direita do rio Corumbiara. Os Casara da fazenda do Barranco Alto contaram a Dequech sobre vestígios desta antiga missão abandonada⁹. Apesar de ser um acesso mais fácil à região pela ferrovia Madeira-Mamoré, cujo último trecho foi completado em 1912, a exportação da borracha dos seringais da Bolívia e do sudeste de Rondônia caiu drasticamente. Já em 1913, as plantações malaías estavam produzindo mais borracha do que o Brasil, devido ao contrabando de sementes nativas de *Hevea brasiliensis* praticado pelo inglês Henry Wickham, em 1876; sementes que os ingleses, junto aos holandeses, adaptariam para fins de cultivo na Malásia, nos próximos trinta anos (Albert, 1964a, p. 11) (Figura 7).

Ainda assim, conforme Dequech (1943, p. 6), em 1926, Casara extraiu dos arredores de Cascata vinte toneladas de cacho. Acrescentou o autor: "Assustou-se muito o Telegrafista de Pimenta Bueno vendo descer tão grande quantidade de borracha de um rio que todos supunham ser apenas habitado pelos índios". Dequech (1943, p. 2) achava que foram os 'índios do Nordenskiöld',



Figura 7. Foto de Dequech em 1941. Fonte: Rondon (1946, p. 199).

os Huari (Aikanã), que informaram o seringalista Casara sobre a existência do rio Apediá e a cachoeira Cascata. Achava, também, que o encontro de Nordenskiöld com os Huari tinha sido perto do rio Guarajús, de onde teriam depois fugido por causa "do aborrecimento que lhes causavam os seringueiros"; haviam-se retirado para os arredores de Cascata, "aliando-se aos Massacás" (Dequech, 1943, p. 5)¹⁰.

É muito provável que a região da cachoeira Cascata tenha virado alvo de interesse extrativista a partir da expedição do engenheiro de minas Francisco Moritz, em 1912, com o propósito de explorar a região entre Vilhena e o rio Guaporé em busca das lendárias minas de Urucumacuan, comissionado por Cândido Rondon, que presumiu que elas ficariam perto dos rios Apediá e Barão do Melgaço (Roquette-Pinto, 1917, p. 31). Descendo o rio Apediá, Francisco Moritz encontrou uma cachoeira, no dia 15 de novembro de 1912, que depois ficou conhecida como 'cachoeira 15 de novembro' ou 'Cascata'. O engenheiro interrompeu sua viagem precocemente porque confundiu o rio Apediá com o rio Corumbiara, achando que iria descer para o rio Guaporé, além de ter dificuldades com vários trabalhadores doentes. Apesar disso, seu relatório mapeou a região de Cascata, fazendo constar que se tratava de um lugar importante, em função de alto trânsito de indígenas, com muitos sinais de trilhas e petroglifos, "onde as tribus indígenas vem fazer seus machados de pedra" (Moritz, 1916, p. 11). No entanto, Moritz (1916, p. 11) alega que, apesar de vários encontros e tentativas de contato com indígenas, estes "fugiam á minha aproximação". O local de Cascata teve um papel crucial na história dos povos da região Corumbiara-Apediá, como veremos adiante (Figura 8).

⁹ Conforme Meireles (1989, p. 131), em 1749, um português, com nome de Domingos Alves da Cruz, tinha fundado um sítio, conhecido como "Casa redonda", na foz do rio Corumbiara, na margem do rio Guaporé, no lado espanhol. Meireles conta também que, em 1755, o padre português Agostinho Lourenço foi enviado para iniciar "um trabalho de catequese" com os povos do entorno do rio Mequens, onde construiu uma capela em honra a São João (Meireles, 1989, p. 134). Os Ki Apôr (ou seja, os Mekens/Sakurabiat), das margens do rio Verde, encontrados por Dequech em 1941, teriam afirmado que, há duzentos anos, haviam sido "cercados por um grupo de homens vestidos" (Dequech, 1943, p. 2).

¹⁰ Como evidente hoje, e já anotado por Becker-Donner (1955), Huari, Massacá e Aikanã são diferentes etnônimos para um mesmo grupo étnico.



Figura 8. Gravuras nas pedras na cachoeira de Cascata. Fonte: CNA/DEPAM/IPHAN (2011, p. 7).

Américo Casara se utilizou de mão de obra Aikanã, como também Kwazá, Kanoé e Salamã, para cortar um varadouro de 200 km entre o Barranco Alto, a Cascata, a foz do rio Tanaru e a estação telegráfica Pimenta Bueno, na foz do rio Apedιά, abrindo caminho para a expansão da exploração do caucho e da seringa, com a ajuda “mais ou menos livremente consentida dos índios” (Dequech, 1943, p. 6). Os varadouros eram caminhos cortados pela floresta, de cerca de um ou dois metros, que os seringueiros usavam para extrair borracha e transportá-la em tropas de burros, dos pontos de extração e produção até o barracão, na beira do rio. Algumas malocas eram localizadas próximas ao varadouro, como a do cacique Aikanã Urupu (Santiago), que o funcionário do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)¹¹, Estanislav Zack, visitou em 1942, na margem esquerda do rio Apedιά. Ligado ao varadouro de Cascata, “com 14 quilômetros de extensão”, lá havia quatro habitações indígenas, com 15 homens, 11 mulheres e 16 crianças, sendo o grupo Aikanã o mais populoso que ele encontrou em sua viagem (Zack, 1943, pp. 332-333). A proximidade ao varadouro propiciou um contato mais frequente com seringueiros e exploradores que se utilizavam desses caminhos, como também com a população regional que, de modo geral, teve o acesso facilitado à região. Em 1941, Dequech (1993b, p. 3) já tinha

visitado a maloca do “cacique Massacá Uinhã-Cãí (Santiago)”, que ele chamou de “tuchaua Ducária-Urupú”, registrado em várias fotografias, que mostravam sua maloca e seus habitantes jogando um jogo de bola de cabeça (Figura 9). Uinhã-Cãí referiu-se aos Wízakii'ene, nome do “subgrupo” Aikanã que habitava as cabeceiras do rio Apedιά.

No entanto, como contou o velho seringalista Zamora, colega de Américo Casara, para o jornalista francês Albert, em 1964, o colapso no comércio de borracha no ano 1927, que já se previa, finalmente ocorreu: os seringais ficaram desertos, os barracões, abandonados. Enquanto, em 1892, o Brasil extraiu 61% da produção global, em 1927,

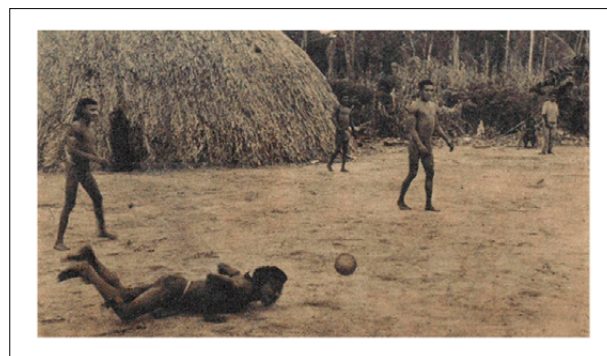


Figura 9. Foto de Dequech, tirada em 1941, de um jogo de bola de cabeça na aldeia Aikanã do capitão Urupu. Fonte: Rondon (1946, p. 203).

¹¹ Órgão do governo federal, criado em 1910; seu primeiro presidente foi o general Rondon. Este setor foi extinto em 1967, substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

93% vinham das plantações da Ásia (Théry, 2012 [1976], p. 32). Para compensar o fracasso da borracha, no ano de 1928, Américo Casara e seus homens cortaram 3.200 troncos de mogno e jacarandá nas margens do rio Corumbiara e seus afluentes, na estação de seca, para vender para a Companhia Astoria, exportadora de madeira preciosa. No entanto, no difícil transporte pelos rios encachoeirados Mamoré e Madeira, chegaram somente 150 troncos em Porto Velho (Albert, 1964b, pp. 12-13). Dequech conta uma história parecida da área entre a Cascata e o rio Tanarú, onde Casara e seus homens tiraram 1.000 toras de mogno para levar a Manaus, onde, porém, chegaram somente 90 (Dequech, 1993a, p. 2; Figura 10).

Além disso, os Casara criaram gado “á custo dos campos naturais das margens do Corumbiara”¹², porcos e ovelhas, e plantaram grãos e cana-de-açúcar (Dequech, 1988b, p. 4). Entre 1920 e 1935, o trabalho se intensificou na região entre os rios Pimenta Bueno e Tanarú, ocasião em que Casara vendeu seus produtos (rapadura, cachaça, carne, farinha etc.) para os seringais da região e para os trabalhadores da estação telegráfica de Pimenta Bueno (Dequech, 1988b, p. 4).

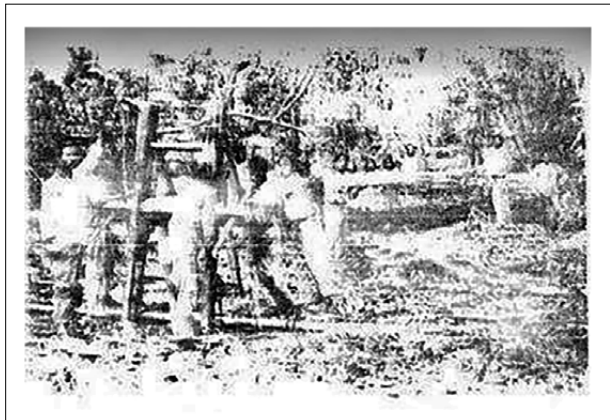


Figura 10. Américo Casara e trabalhadores transportando toras de mogno na foz do Tanarú, em 1931. Fonte: Dequech (1993a, p. 2).

Na época de Dequech, quando Giácomo Casara, o filho, já respondia pelo negócio – depois da morte do pai, aos 65 anos, por volta de 1940 –, esta fase de comércio tinha acabado e o varadouro entre Barranco Alto e a estação telegráfica de Pimenta Bueno estava em desuso; no entanto, Barranco Alto contava com 30 casas, entre elas, um depósito de borracha (Dequech, 1988b, p. 4). Várias mulheres da comunidade Aikanã, na TI Tubarão-Latundê, como a Salamã Wázerip – jovem, na época, porque, provavelmente, nasceu por volta de 1928 –, moraram e trabalharam por um tempo em Barranco Alto, nas roças e na produção de comida para o seringal.

Enquanto a região entre a foz do rio Corumbiara até a sede do seringal Barranco Alto pertencia aos Casara (Dequech, 1988b, p. 2), a região entre Cascata e a estação telegráfica de Pimenta Bueno não tinha moradores brancos, “só índios”, o que, para Dequech (1988b, p. 4), se devia ao rio Apediá, difícil de navegar e encachoeirado.

Em sua viagem pela região do Apediá, em 1938, quando o segundo ciclo da borracha já estava surgindo no horizonte, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss e o etnólogo brasileiro Luiz de Castro Farias fizeram o primeiro levantamento linguístico e cultural mais detalhado, bem como registro fotográfico sobre os Salamã – povo que eles chamaram de Mundé. Lévi-Strauss (1957, p. 345) e alguns acompanhantes foram à procura de “uma tribo ainda desconhecida”, a seis dias de barco a remo, no rio Apediá, acima da estação Pimenta Bueno. A maloca, com cerca de 25 indivíduos, estava situada na mata, a um quilômetro de distância da margem do rio Apediá, na confluência com o rio Comemoração (Lévi-Strauss, 1957, p. 352)¹³. Conforme alguns idosos Aikanã, havia uma aldeia Salamã no território Aikanã, que se localizava a pouca distância da foz do rio Kapatsura/rio do Ouro (Aikanã et al., 2010; Figura 11).

¹² Muito provavelmente, trata-se da primeira criação de gado na região.

¹³ Faria (2001, pp. 148-165) incluiu um vocabulário da língua, que exhibe grande proximidade com outros vocabulários coletados entre os Salamã (cf. Voort, 2023; Becker-Donner, 1955; Caspar, 1953; Zack, 1943) ou entre os Mondé – “desconhecidos no sentido científico” –, por Hanke (1950) e Xerez (1946).



Figura 11. Mapa etno-histórico com a localização da maloca *Txeramāy'ene* (Salamã), circulado na parte inferior; acima do rio Kapatsura (rio do Ouro). Outros povos, e territórios, frequentemente mencionados na memória socioespacial dos Aikanã, são os *kwaza'ene* (Kwazá) e *eri'y'ene* (Kanoé). Um pouco mais distante, localiza-se a terra dos *eruera'ene* (Sakurabiat) e *dapure'ene* (possivelmente Sakurabiat, Wayoró ou Akuntsú). Ainda mais longe, nas áreas de savana, viviam os *akūsū'ene*, possivelmente os Latundê, falantes de uma língua Nambiquara. É importante notar que norte e sul estão trocados no mapa, em razão de os Aikanã não terem concordado que o rio Apeidiá/Apeya “sobe para cima” (Hein van der Voort, comunicação pessoal, 2014). Fonte: Aikanã et al. (2010).

Ao que tudo indica, o grupo vivia, originalmente, em uma aldeia rio abaixo e se mudou para este local depois de uma epidemia de gripe, entre os anos 1918 e 1920. Refletindo sobre sua escassa coleção de dados etnográficos Mundê, Lévi-Strauss (1957, p. 354) lamentou que sua estadia tivesse sido curta demais para poder estudar um povo, na sua percepção, tão “selvagem” (Figura 12). É provável, entretanto, que os Salamã e seus vizinhos já estivessem envolvidos na extração de seringa e outros produtos da

floresta, desde os anos 1915-1920. As anotações de Lévi-Strauss também mostram, de modo importante, que as epidemias exógenas, como influenza e o sarampo, teriam atingido os povos ao longo do rio Apeidiá, nas primeiras duas décadas do século XX, afetando a distribuição territorial até antes da intensificação do seringal e das mudanças trazidas pelo estabelecimento de postos indígenas.

Aspecto curioso é a denominação dos Salamã como Mundê ou Mondê por Lévi-Strauss e Castro Faria, designação

feita também por Hanke e outros. Faria (2001, p. 153) menciona um capitão Mondé, que era chefe do grupo, e registrou a autodenominação do grupo como Salamaié (Faria, 2001, p. 150), ou seja, 'povo Salamã' (com o sufixo coletivo -e). Dequech (1993b, p. 6) também fotografou um capitão Salamã, chamado de Mundé, em 1941 (Figura 13).

Wazerip Salamã lembra que teve um cacique Salamã importante com nome de Made ou Mondé Pandetkii, que, nos anos 1940, morava 'perto do Pimenta', ao lado da maloca do Telêmaco. Essa informação se confirma nas descrições de Dequech (1993b), segundo o qual, quando ele visitou a maloca do cacique Telêmaco, este o levou para uma maloca próxima, que era do cacique Mundé. Outro ponto de conexão é a Bilcué, que Dequech (1993b, p. 3) descreve como mulher do capitão Mundé; conforme Wazerip, uma das filhas de Made Pandetkii chamava-se Bikau'we, então poderia ter sido sua filha. Outra informação interessante, fornecida pela idosa Wazerip, sobre a relação entre Telêmaco e Made Pandetkii, é que a mulher de Telêmaco, na época, Marepui, mencionada por Dequech (1993b, p. 4), era sobrinha de Made Pandetkii.

Na história dos nomes dos povos da região do Apediá-Corumbiara, fica claro, como no caso Aikanã – chamados de Massacá, Cassupá, Tubarão, na literatura –, que os nomes pessoais de caciques atuaram e foram, erroneamente, utilizados, como etnônimos. O caso Mundé/Mondé é mais um exemplo disso, sendo possível que o nome pessoal do cacique Made/Mondé, mencionado por Wazerip, tenha se perpetuado como nome do grupo “desconhecido” de Lévi-Strauss (1957, p. 345). Como já destacado, nomes pessoais, normalmente de pessoas importantes, como chefes de família e lideranças, dentro de uma maloca, muitas vezes ficaram registrados como etnônimos na literatura da região. Assim, foi o antigo cacique Masaka, que morava no baixo Tanaru, cujo nome deu origem ao etnônimo Massacá, adotado por viajantes e cientistas, durante o século XX, para designar os Aikanã. Similarmente, de acordo com fontes antigas escritas, confirmadas pelos idosos indígenas, Gobar'ũm/Kuparau'ũ

foi o famoso capitão Tubarão, uma liderança importante do povo Aikanã, apesar de ser Salamã. Conforme Wazerip Salamã, capitão Tubarão nasceu próximo do córrego Água de Taboquinha, localizado a sul do rio Pimenta, onde moravam seus pais: a mãe, Maijorin, era Salamã, assim como o segundo marido dela, o cacique Salamã Wai'apau. Conforme o relato do Padre Ângelo, que consta no relatório de Galvão (1980, pp. 9-11), em 1953, Tubarão foi o tuxaua de “uns 200 índios” Mondê, que o padre acreditava ser os Aikanã da região do Tanaru. Como Gobar'ũm foi reconhecido, equivocadamente, como Aikanã, seu nome



Figura 12. Claude Lévi-Strauss entre os Salamã, em foto tomada pelo antropólogo brasileiro Castro Faria. Fonte: Faria (2001).



Figura 13. Foto tirada de um grupo Salamã e Aikanã, em 1941, por Dequech. Da esquerda para a direita: Curetá, cacique Telemaco (a quem Dequech chama, aqui, de Batiak) e sua filha, Caba-Txái; cacique Mundé e seu filho Pedrinho, que Wazerip chamava de *Tawe'aum*. Fonte: Rondon (1946, p. 205).

pessoal foi utilizado como etnônimo para designar o povo Aikanã, sendo, então, chamado de ‘índios Tubarão’.

Apesar de Dequech considerar boas as relações entre os Casara e a população indígena da região, não se pode deixar de observar que se tratava de escravização por dívidas; nesse sentido, o seringal dos Casara não diferia do sistema amazônico, marcado pelo assim chamado sistema de aviamento, em que os indígenas ficavam presos a um ciclo interminável de dívidas, obrigados a trocar trabalho árduo por mercadorias obtidas nos barracões, a preços exorbitantes (Meireles, 1991, p. 230; Soares-Pinto, 2009, p. 29; ver também Meira, 2019).

Como mencionado, sabe-se que, no intervalo entre as expedições de Moritz (em 1912) e Nordenskiöld (em 1914), e a documentação de Dequech e de Zack, de 1941 a 1943, os Aikanã e seus vizinhos estiveram em contato frequente com seringueiros e já forneciam mão de obra barata aos seringais da região, atuando na limpeza e na plantação das roças que proviam os trabalhadores, na construção de varadouros, em expedições etc., a tal ponto que Zack (1943) defendeu a necessidade de estabelecer um posto indígena (PI) do SPI no Cascata. No entanto, até o início da década de 1940, os Aikanã e seus vizinhos, em sua maioria, ainda habitavam suas casas comunais redondas, localizadas em seus territórios tradicionais, tal como registraram Lévi-Strauss (1957), Faria (2001), Dequech (1943) e Zack (1943).

O POSTO NO CASCATA E OS DESLOCAMENTOS PELO SPI

O “sentido de história” Aikanã (Cameiro da Cunha, 2007, p. 11) é profundamente marcado por uma ruptura, um momento em que “tudo mudou” – *itü’iheẽ*. Geograficamente, esta ruptura está ligada à Cascata, cachoeira que é significativa em muitos aspectos. Os antigos Aikanã chamavam Cascata de *arüme*, ‘anta’, porque, no tempo mítico, uma anta ali tinha sua maloca e transformou o local em sua represa de pesca, feita de palha e folhas, em rochas e pedras, formando, assim, a grande cachoeira. Cascata também se refere a uma antiga aldeia, área onde viveram e nasceram muitos Aikanã e onde se encontram

até hoje restos de cerâmica, pinturas rupestres e um cemitério. Era um importante local de trânsito dos povos indígenas que viviam entre os rios Corumbiara-Apediá no começo do século XX (ver Moritz, 1916). Dadü (comunicação pessoal, 2015), que nasceu nos anos trinta em Cascata, conta como sua mãe, Pkena’e, que era Kanoé, explicou que Cascata ficava no centro do seu território e pertencia a “todos os índios: Aikanã Wïikuruta, Aikanã Wïizakï’ene, Kwaza’ene (Kwazá), Kemuke’ene, Erï’ene (Kanoé), Dapure’ene, Eruera’ene (Sakurabiat), Txeramai’ene (Salamã); era floresta”. Cascata era então um lugar de origem não só do povo Aikanã, mas também de vários povos vizinhos, que compartilhavam de sua percepção sociogeográfica. De certa forma, poder-se-ia argumentar que esta ruptura, hoje, é expressa visualmente na transformação da grande cachoeira em uma hidrelétrica com o nome de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH) Cascata, que fornece energia para as fazendas em volta. Inacessível, em terra privada e desmatada, Cascata, hoje, apresenta um contraste profundo com o lugar central que tinha para os povos desta região, caracterizado pela floresta e, consequentemente, por fertilidade social (ver Grund, 2023, no prelo).

Com o aumento da demanda para borracha da Amazônia, durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente pelos Estados Unidos, pelo fato de as plantações asiáticas terem caído nas mãos dos japoneses, o segundo ciclo da borracha (1942 a 1945) se instaurou. Para cumprir a demanda exorbitante, além da mão de obra local, foi recrutado um verdadeiro exército de seringueiros, conhecidos sob o nome de “soldados da borracha”, vindos, principalmente, do Nordeste do país (Théry, 2012 [1976], pp. 34-35). Neste quadro, em vista da intensificação da exploração da borracha e do aumento do número de trabalhadores na região, o SPI, então subordinado ao Ministério da Agricultura, decidiu realocar a população indígena para postos, sob sua administração. Devido às grandes mudanças trazidas pelo trabalho sistemático no seringal e o estabelecimento dos postos indígenas entre os anos trinta e quarenta, grande parte da população indígena da região foi deslocada das suas terras de origem, e levada para diversos

registra que João Rivoredo, agente do SPI, acusado de terríveis maus tratos contra as populações indígenas da região, era, na segunda metade do século XX, também dono de todos os seringais da região dos rios Branco e Colorado, de São Luís, Laranjal e Paulo Saldanha. Na região Corumbiara-Apediá, destaca-se o papel central desempenhado pelo seringal dos Casara no apoio às expedições técnicas à região: a do engenheiro. Dr. Francisco Erse, em 1927-1928 (demarcação da Concessão Guaporé Rubber), do tenente Aníbal Freire, em 1929 (que foi acompanhado por capitão Salamã Telêmaco), e do tenente Aluizio Ferreira, em 1930, diretor da Ferrovia Madeira-Mamoré na época, por ordem de Rondon (Figura 15).

O seringal viria a ter, também, papel fundamental na exploração de minério na área e, de modo mais amplo, na estrutura de poder na região. Assim, o seringal da família Casara e as relações já estabelecidas com a população indígena apoiaram a expedição às minas de Urucumacuan, entre 1941 e 1943, dirigida pelo engenheiro de minas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Víctor Dequech (Dequech, 1943, p. 6), e organizada pelo general Rondon e pelo major Aluizio P. Ferreira, quem, conforme Dequech (1988a, p. 3), “resolveu tudo nesta região”. Ademais, Giácomo Casara atuou como intermediário, fornecendo provisão e transporte à Comissão Urucumacuan.

Deste modo, quando o tenente Estanislau Zack (Zack, 1943), encarregado como chefe do SPI, e sua turma chegaram em 11 de outubro de 1942 no Cascata, o local já estava bem preparado para a instalação de um posto. O SPI se utilizou do acampamento permanente construído pela Comissão Urucumacuan, que compreendeu três casas, um alojamento e uma cozinha, como também um grande roçado e materiais como armas de fogo e machados, que serviam como moeda de troca e atração (Figura 16). Como aponta Possuelo (2015, p. 273): “Os seringalistas conheciam inspetores do SPI, e financiavam as expedições para o SPI pacificar os índios”. Conforme Possuelo (2015, p. 273), os postos indígenas, conseqüentemente, eram uma forma de

“limpar as estradas de seringa”, retirando as populações tradicionais, para ‘liberar’ os caminhos para extrativistas.

O tenente Estanislau Zack tinha a tarefa de trabalhar em combinação com a Comissão Urucumacuan, garantindo que fossem “sempre pacíficos os contatos” entre a Comissão e a população indígena (cf. Cunha, 2016, p. 108). Zack (1943, p. 331) relata que os povos desta região estavam em contato desde a Comissão do Urucumacuan, de 1941, “visitando constantemente o acampamento” e prestavam “bons serviços”, em trabalho de roça, abertura de

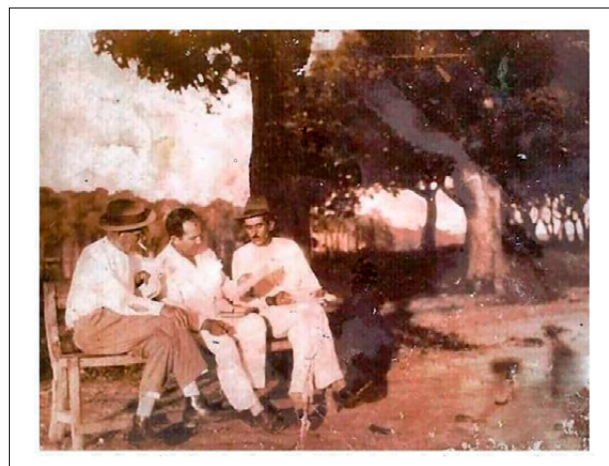


Figura 15. Foto de Aluizio Ferreira (ao centro), Américo Casara (à direita) e um trabalhador (à esquerda), no seringal Laranjeiras, por volta dos anos 1930. Fonte: Fonseca (2019, p. 144).



Figura 16. O acampamento da Comissão Urucumacuan, “futuro posto indígena”, perto de Cascata. Foto de Dequech, em 1941. Fonte: Rondon (1946, p. 199).

varadouros, transporte de carga e tripulação de embarque (Figura 17). Ele e sua turma percorreram nove malocas e “2 agrupamentos indígenas em torno de núcleos de civilizados”, dos quais três eram Aikanã, uma predominantemente Salamã e duas Kanoé, como também os Ki Apôr (um grupo Sakurabiat) no rio Verde, na maioria na margem direita do rio Apediá, ou no caso dos Kanoé, na margem esquerda do rio Omerê (Zack, 1943, p. 331).

No entanto, era claro que estas ‘visitações’ de indígenas ao acampamento, e da equipe do SPI às malocas, tinham a função de incentivar os primeiros a se mudarem para os postos – o que é narrado pelos Aikanã em termos de terem sido “levados” pelo branco. Zack (1943, p. 336) relata que os indígenas da região mantinham relações interétnicas amigáveis, com exceção dos Kanoé. Os dois

grupos Kanoé, que ele conheceu, haviam sofrido “diversos ataques por parte de grupos inimigos, que os têm obrigado a constantes fugas” (Zack, 1943, p. 336), evitando abrir qualquer pique ou caminho que pudesse conduzir até eles. A abertura do varadouro Barranco Alto-Cascata, passando próximo às suas aldeias, facilitou o contato pela turma do SPI, que fizeram várias tentativas de atrair o grupo do Txiaré Kanoé ao acampamento no Cascata. Do que se sabe da memória de Wãzerip Salamã, o cacique Txiaré morava com sua família ‘no Cascata’, quando foram ‘levados’ para Barranco Alto e depois para Porto Velho. No entanto, Txiaré fugiu e voltou para a região de Cascata. Conforme Wãzerip Salamã, Txiaré era pai de Tutuá, que é a ‘mãe do Purá’ – hoje, um dos últimos sobreviventes Kanoé da Terra Indígena Rio Omerê.

A técnica de evitar abrir caminhos na mata que pudessem levar à aldeia foi também utilizada pelo grupo Aikanã de Aru’i Uhune’i, que viveu isolado por muito tempo numa casa comunal na mata junto ao córrego Ure, perto de Barroso, na área da atual Terra Indígena Tubarão-Latundê¹⁵. Naquele período, o grupo mantinha contato esporádico com os brancos, sobretudo para obter produtos manufaturados e, especialmente, o sal. No entanto, conforme Wãzerip, ele evitava deixar rastros que pudessem indicar o caminho para sua maloca, aparentemente por medo de que os brancos pudessem roubar suas mulheres. Assim, o grupo de Aru’i Uhune’i nunca trabalhou no seringal, mas se manteve escondido na mata, até que foram ‘recontactados’ por outros Aikanã nos anos setenta na TI Tubarão-Latundê.

Apesar do retrato sombrio de Nordenskiöld (1924) acerca das relações intra e interétnicas Aikanã¹⁶, a literatura posterior – entre ela, Dequech (1943) e Zack (1943), Lévi-Strauss (1957) e Faria (2001) – deixa claro que

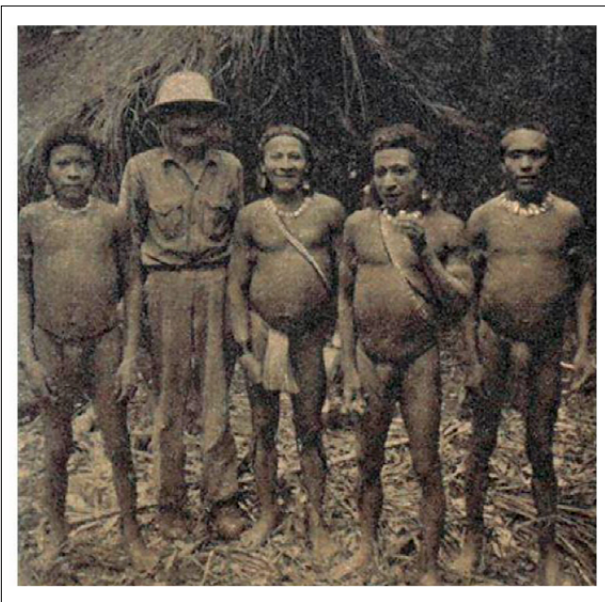


Figura 17. Foto de Dequech, 1941, de indígenas Kanoé, com o tenente Zack (segundo, à esquerda). No entanto, segundo meus interlocutores, algumas das pessoas do grupo parecem ser Aikanã. Fonte: Rondon (1946, p. 205).

¹⁵ Os descendentes do capitão Aru’i Uhune’i e de seus outros irmãos formam hoje uma grande parte da comunidade Aikanã, na TI Tubarão-Latundê. Aru’i Uhune’i, que faleceu na década de 1980, foi o último pajé Aikanã.

¹⁶ Conforme seus interlocutores Aikanã, do grupo de Dyukaria (ou Dukaria, nome pessoal comum entre os Aikanã), houve conflitos entre diferentes grupos Aikanã, como também relações hostis com outros povos considerados *akũsu’ene*, ou ‘índios bravos’, como os Cabijí (no leste; provavelmente Latundê) e Guarayú (no sul).

os conflitos intermitentes faziam parte de um quadro mais amplo de trocas que os Aikanã mantinham com seus vizinhos próximos, em forma de casamentos, festas e rituais. Além disso, nos relatos de Dequech (1943) e Zack (1943), várias aldeias dos povos Aikanã, Salamã, Kwazá e Kanoé têm composição multiétnica, mesmo que antes das aglomerações nos postos do SPI (Figura 18).

O exemplo do cacique Salamã Telêmaco bem ilustra isso¹⁷. Dequech (1988b, p. 4) encontrou Telêmaco durante a expedição Urucumacuan, em 1941, e o descreveu como o “grande tuchaua Baket (Telêmaco) da tribo Salamã do rio Apediá”, que morava em uma maloca na beira do rio Pimenta, entre a foz do rio do Ouro e rio Tanaru (Figura 19).

Como mencionado, nomes pessoais de caciques, registrados por viajantes e equipes técnicas (veja-se o caso de “Baket/Batiak”, em Dequech, 1988b, 1993a), são úteis para entender etnônimos utilizados por órgãos governamentais na época, como se vê no seguinte excerto do relatório da FUNAI (1986, p. 6): “Em 1947 habitavam o Posto Indígena de atração Ricardo Franco as etnias; Guaé (?), Acarié (?), Arikapu, Tauaman (?), Baquete (?), Cassupá, Aruá, Mondé, Canoé e Mequéns num total de 80 índios”.

Durante a expedição Urucumacuan, Dequech (1993a, pp. 2-3) visitou a aldeia do capitão Salamã Telêmaco, capitão “Mundé” e capitão “Aruí”, na margem direita do rio Apediá, onde ele observou um jogo de bola de cabeça, cerimônias de dança, bem como fabricação e distribuição de chicha de milho, chamada de “mã-ín”, ou seja, *mamaĩ*, na língua Aikanã.

Dequech também registrou a visita do chefe Salamã Telêmaco no acampamento da Comissão no Cascata, junto com várias outras pessoas da mesma maloca, para trabalhar com sua turma. Entre eles estavam, além de Salamã, vários Aikanã, como também Kwazá. Indivíduos identificados

pelos idosos da comunidade Aikanã eram, entre outros, o Guablum (provavelmente Gobar'üm, conhecido também como o cacique Salamã ‘capitão Tubarão’) e o Aikanã Aratimun (Ariximu, conhecido como capitão Pedro, antigo cacique Aikanã residente da TI Tubarão-Latundê até 2017, quando faleceu). Interessante notar, ainda, dois Kwazá, chamados de Irinã e Aué, também mencionados por Faria (2001), no livro de fotografias da expedição “Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte”.

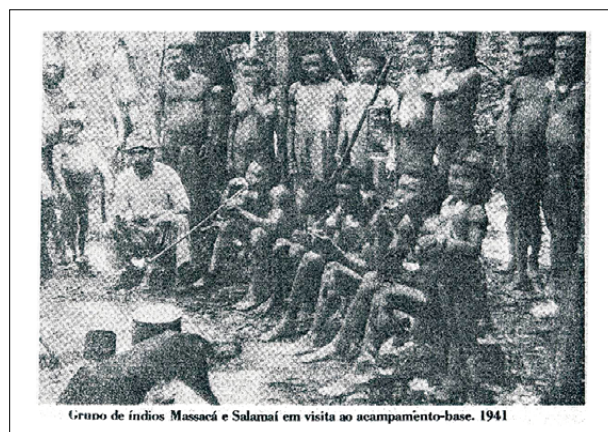


Figura 18. Foto Dequech de uma visita de um grupo de Aikanã e Salamã ao acampamento da Comissão Urucumacuan, no Cascata, em 1941. Fonte: Dequech (1988b, p. 2).

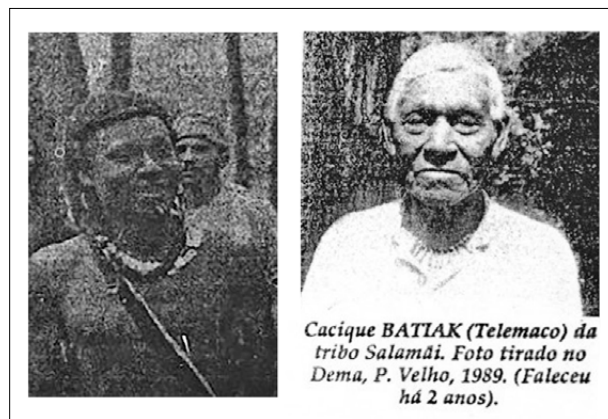


Figura 19. Capitão Telêmaco (Baket/Batiak), em 1941 (esquerda) e em 1989 (direita). Fonte: Dequech (1993b, p. 6, 1993a, p. 2).

¹⁷ O nome Telêmaco era aparentemente dado pelo seringalista peruano Crescêncio Panduro, trazido por Américo Casara. Dequech também o chama de “cacique Batiak (Telêmaco)” (Dequech, 1993a, p. 2). Telêmaco também teve o nome de Kongaüm (como ‘parente chama ele’), e os apelidos Kukuyu (Aikanã) e Ikon (Salamã), que significam, ambos, literalmente, ‘gavião’.

Entre os Mundé (Salamã), Faria (2001) registrou seu encontro com uma mulher e um menino, chamado Auê, de outra etnia. Pelo vocabulário que o menino forneceu para Faria e Lévi-Strauss, sabe-se que era falante do Kwazá. Faria (2001) contou que a maloca do rapaz Auê ficava à distância de um dia de viagem. A mulher Kwazá, retratada por Faria, tinha um lábio leporino. Ela foi reconhecida, anos depois, pelo linguista Hein van der Voort (comunicação pessoal, 2017) e pela comunidade Kwazá e Aikanã como a mulher Kwazá de nome Makitxa, que morava, no final da sua vida, na TI Tubarão-Latundê. Wázerip Salamã lembra que, no tempo em que vivia na aldeia Telêmaco – pois Wázerip estava casada com o chefe Salamã na época –, havia ‘um pessoal do Kwazá’, entre eles a Makitxa (Figura 21). É provável, então, que Faria e Lévi-Strauss tenham encontrado o grupo de Telêmaco, ou que o casal Kwazá estivesse visitando uma outra maloca Salamã (ver também Lévi-Strauss, 1994).

É interessante ressaltar que tais padrões de aldeias mistas e casamentos interétnicos possivelmente se intensificaram com a queda drástica da população indígena, como resultado do processo de contato e da introdução

de doenças exógenas. A escassez de mulheres, causada pela “busca desesperada dos seringueiros por mulheres” (Soares-Pinto, 2010)¹⁸, aumentou o intercâmbio e também o conflito entre os grupos diferentes da região, muitas vezes em função de obter mulheres casáveis. No caso dos Kanoé, conforme o linguista Bacelar (2004, p. 39), muitas mulheres Kanoé se casaram com homens de outras etnias, devido à mortalidade alta entre os homens, resultado de conflitos com os brancos e atritos



Figura 20. Maloca Salamã do cacique Batiak. Fonte: Dequech (1993a, p. 1).



Figura 21. À esquerda, Makitxa e, possivelmente, o menino Auê (direita); à direita, foto de Makitxa. Fonte: Faria (2001, pp. 154, 151).

¹⁸ Ver Soares-Pinto (2010).

entre diferentes grupos indígenas, em conexão com a perda de sua terra. São vários os exemplos de mulheres jovens Kanoé incorporadas na comunidade Aikanã, por casamento, como no caso de Pekena'e, mãe de Dadü. Partindo de observações de Snethlage (1937) e Caspar (1953), quanto aos povos da TI Rio Guaporé, Soares-Pinto (2014, p. 23) argumentou que “os não-índios teriam entrado num sistema de trocas multiétnico previamente estabelecido. Todavia, a presença de não indígenas propiciou uma certa aceleração e incremento dessas trocas” A tendência de se “misturar entre eles” – como no caso dos Aikanã, Salamã e Kanoé – foi também observada por Becker-Donner (1955, p. 276), no posto Ricardo Franco, nos anos cinquenta. Da mesma forma, sugiro que aldeias etnicamente mistas – como a do Telêmaco Salamã – certamente já existiam em período anterior ao estabelecimento dos postos do SPI.

Em 1945, apenas poucos anos após sua instalação, o posto Cascata, já densamente povoado, foi atingido por epidemias de sarampo e gripe, que dizimaram os habitantes. Exaustos e desnutridos, muitos fugiram, buscando refúgio na floresta. O posto de Cascata foi fechado e a população remanescente foi levada para o posto indígena Ricardo Franco, na fronteira com a Bolívia, ao sul da foz do rio Guaporé, na altura em que este rio deságua no Mamoré, a uma distância de 300 km de Guajará-Mirim. Becker-Donner anota que, como consequência do fechamento do posto de Cascata, das fugas dos indígenas para a mata e da transferência da população para postos indígenas distantes, a região do rio Corumbiara ficou “completamente livre de índios” (Becker-Donner, 1962, p. 148). A etnógrafa austríaca sugere que somente grupos Nambiquara vinham ali e que os povos que tradicionalmente viviam na região do rio Corumbiara teriam se refugiado nas corredeiras do rio Pimenta Bueno (Figura 22).

No entanto, também depois do fechamento do posto em Cascata, há indícios de que, ainda em 1947, indígenas da região, como os Aikanã, Kanoé e Salamã,

teriam sido levados de Cascata para o posto Ricardo Franco. No relatório da FUNAI (1986, p. 7), consta que: “Em 1947 foram transferidos do PIA Pedro de Toledo [Cascata] 71 índios sendo 12 Mondé (Baquete), 29 Cassupá, 20 Canoé, 15 Mequens, 2 Pacaá Nova e 1 Makurape”. Como bem sublinha Soares-Pinto (2009, p. 30), sobre os Wajurú da TI Rio Guaporé, antigo local do PI Ricardo Franco:

Chama a atenção da antropóloga [da FUNAI, Maria Auxiliadora Leão] ser a maioria índios novos de sexo masculino, de 12 a 20 anos, o que indica que a transferência “além de compulsória, separava as famílias que deveriam ter permanecido no local” (FUNAI, 1985 citado por Soares-Pinto, 2009, p. 30).

A preocupação da antropóloga da FUNAI na citação acima indicia a devastação causada pelos deslocamentos provocados pelo SPI na vida social dos povos indígenas na região. Conforme Price (1981, p. 36),

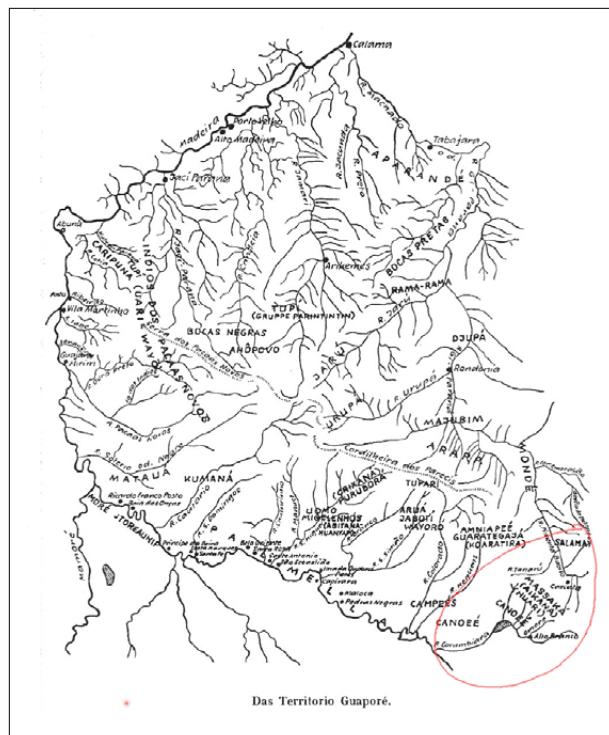


Figura 22. Região Corumbiara-Apediá. Fonte: Becker-Donner (1955, p. 297).

na década de quarenta, mais ou menos a metade de toda a população indígena da região do médio Guaporé – os rios Mequéns, Colorado, Corumbiara e afluentes, entre outros – foi transferida, primeiro para uma colônia de trabalho perto de Guajará-Mirim e, depois, para o posto Ricardo Franco.

Além de ‘pacificar’ os povos indígenas, o infame posto Ricardo Franco serviu para acumular força de trabalho indígena para os seringais vizinhos (Voort, 2004). Assim, o governo do Território, ao lado do SPI, procedeu ao deslocamento forçado de número significativo de população Aikanã, Kanoé e Salamã das cabeceiras do rio Apediá para a foz do rio Guaporé (Figura 23). Durante a longa viagem de canoa, muitos fugiam pelo caminho. Chegando no posto Ricardo Franco, a vida era péssima: o posto não tinha condição para sustentar tanta gente; a ausência de roças e plantações significava desnutrição. A fome, a escravização nos seringais e as várias

epidemias de sarampo que se seguiram, tiveram um efeito “verdadeiramente genocida”, quase resultando na extinção do povo Kanoé (Voort, 2004, p. 5).

A experiência do deslocamento faz parte da memória de muitos interlocutores Aikanã, já idosos. Um exemplo marcante é o das irmãs Ururu, Luiza Aikanã e Maria Cassupá, que nasceram, ambas, em Cascata, mas seus caminhos se separaram: Luiza, que nasceu em 1957 e, tragicamente, faleceu em 2020, durante a primeira onda da pandemia de Covid-19, ficou na região do Apediá. Maria Cassupá, nascida em 1935, depois de trabalhar por anos no posto Ricardo Franco, onde conheceu o marido, continuou sua odisseia pelo Norte, primeiro para Guajará-Mirim, depois para Ribeirão e, finalmente, para o terreno da Divisão Estadual do Ministério da Agricultura (DEMA), a 5,5 km de Porto Velho, onde hoje se localiza a Terra Indígena Cassupá e Salamã¹⁹. Ali, ela viveu com sua família, entre outros parentes Aikanã (Cassupá), até 2018, quando faleceu. Seu pai, Mude Awayi, no entanto, fugiu e voltou para Cascata, como vários fizeram; entre eles, o cacique Kanoé Txiaré, mencionado acima.

A estratégia do SPI de confinar os povos indígenas em novos espaços políticos (Fausto & Heckenberger, 2007, p. 18) teve um impacto profundo sobre as relações econômicas e sociais na região mais ampla. E, evidentemente, as transformações drásticas trazidas pelo seringal e a consequente dispersão dos povos da região respondem por profundas mudanças ocorridas na vida social desses povos. O impacto da expansão extrativista e a atuação do SPI modificaram, de maneira permanente, a situação socioespacial dos povos da região Corumbiara-Apediá. Com o fim da era da borracha e o começo da construção da rodovia BR-364, novos espaços e desafios se formaram, como veremos adiante.

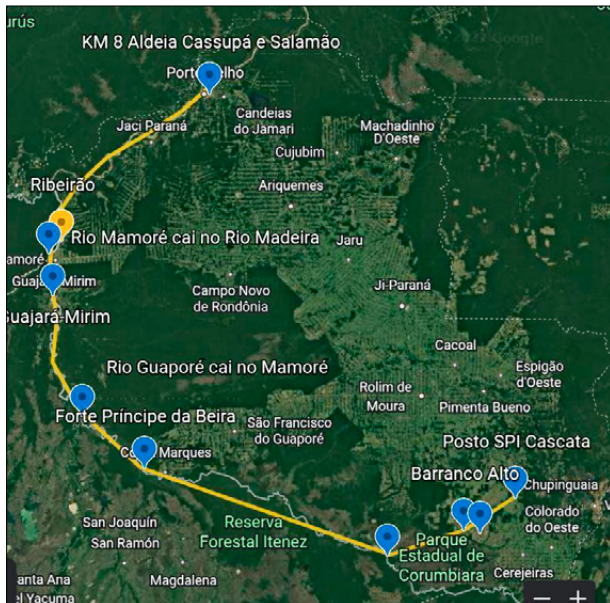


Figura 23. Trajetória da borracha e deslocamento dos Aikanã e de outros povos da região Corumbiara-Apediá. Fonte: Google Earth (2023).

¹⁹ Embora muitos dos Cassupá hoje não falem a língua Aikanã, eles reconhecem suas relações de parentesco com os Aikanã no sul e consideram a região de Cascata seu local de origem (ver Maciel, 2002).

A OCUPAÇÃO PERMANENTE E A PERDA DE TERRA

A ferrovia, que facilitou os ciclos de borracha, ou melhor, a exportação de matéria-prima, teve um impacto profundo sobre o espaço, devido à instalação, ao longo da estrada de ferro, de vários postos, povoamentos e cidades, permanecendo como marco importante na memória dos povos da região. A *Belle Époque* amazônica, do primeiro ciclo da borracha, fez florescer, sobretudo, as cidades de Manaus e Belém. Foi, especificamente, com o segundo ciclo da borracha que a migração mais intensa para a Amazônia se instaurou – com os soldados nordestinos da borracha. Mais tarde, “durante os governos militares, de acordo com a ideologia da segurança nacional, sob o lema ‘Integrar para não entregar’ o Governo Federal procurou implantar a malha rodoviária da região” (Bacelar, 2004, p. 26), para fortalecer a colonização, com ligação direta a São Paulo (ver também Maybury-Lewis, 1981).

A nova estrada de terra BR-29 (como era chamada nos anos sessenta) e, mais tarde, a BR-364, aberta nos anos setenta, e pavimentada desde os anos oitenta, seguiram e ampliaram a antiga linha telegráfica instalada pelo marechal Rondon. De certa forma, esta ligação trouxe de volta um caminho dominante no começo do século XX, reorganizando o espaço, mais uma vez, longe dos rios. A construção da rodovia BR-364 era parte de um programa de colonização e integração da região amazônica, incentivado durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, para ligar a capital Brasília ao estado do Acre, na fronteira com a Bolívia e o Peru. A mão de obra indígena foi essencial neste projeto: vários homens e mulheres Aikanã trabalharam na construção e nos acampamentos desta estrada.

Segundo Wāzerip, um homem com nome de Arthur os ‘chamou’ para trabalhar na construção da estrada. Os homens limpavam o caminho de árvores e arbustos, as mulheres cozinhavam e limpavam para os trabalhadores, construíam acampamentos e carregavam nas costas os pesados sacos de farinha, açúcar e arroz, que eram trazidos de helicóptero. As mulheres receberam a

promessa de miçangas coloridas, tão valorizadas entre os Aikanã. No entanto, quando finalizaram o trabalho, como explicam Dadü e Wāzerip, os trabalhadores tiveram que caminhar de volta para casa, levando apenas algumas roupas usadas. “Só davam comida, ninguém ganhava nada. Só sapato, roupa, vestido velho”, conta Wāzerip Salamã (comunicação pessoal, 2015). Dadü Aikanã lamenta: “as mulheres se empolgavam com as panelas, pratos, canecas. Quando acabou, não recebemos nada, era tudo mentira” (comunicação pessoal, 2015).

A rodovia tinha o objetivo de atrair a população de outros locais para se estabelecer em áreas supostamente ‘subdesenvolvidas, improdutivas e vazias’ da Amazônia. Perto do fim da ditadura, em 1983, outro projeto estadual denominado Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), apoiado com dinheiro do Banco Mundial, financiou a pavimentação dessa estrada. Assim, contando com um acesso melhor e mais rápido à região, nas décadas de 70 e 80, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deu início à distribuição de terras federais aos ingressantes assentados e proprietários abastados, que se instalaram de forma permanente. Daí, surgiram núcleos urbanos que, hoje, se tornaram municípios, bem como importantes atividades agrícolas, com predominância da soja e da pecuária. A distribuição de terras no âmbito do Projeto Gleba Corumbiara, iniciado em 1972, fazia parte de um Plano Nacional de Integração (PIN) mais amplo da região amazônica (Aragon & Algayer, 2020, p. 225) e afetou não apenas os Aikanã, mas também outros povos indígenas remanescentes na área, como os Kanoé e os Akuntsú do rio Omerê (ver também Valadão, 1996).

Com a construção da estrada, iniciou-se uma nova era de produção/extração de matéria-prima na região, deixando para trás um passado dominado pela borracha (entre finais do século XIX e meados do século XX) para um futuro agropastoril, baseado na produção de carne e ração animal (Trubiliano, 2017, pp. 44-45). Para os povos indígenas, isso significou a perda de suas terras de

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevendo hoje, uma amiga Aikanã me envia um artigo *online* do jornal Folha do Sul (sediado na cidade de Vilhena, no sul de Rondônia) sobre o triste falecimento de um ancião Aikanã. Conforme afirma, vagamente, o jornalista, Aikanã (usado como sobrenome) era de uma “etnia do Cone Sul de Rondônia” e “morava na vila Tubarão, em Chupinguaia” (“Índigena que viu...”, 2023). Em seguida, comenta ainda: “Aliás, ele chegou à região antes mesmo do nascimento da pequena vila que se tornaria um dos municípios mais ricos do Cone Sul” (“Índigena que viu...”, 2023). Vários aspectos chamam a atenção neste breve obituario: além do desconhecimento muito flagrante da existência de uma população indígena com a autodenominação Aikanã, a aparente ignorância sobre a existência de um território indígena denominado TI Tubarão-Latundê é evidente. Soma-se a isso o uso de terminologias como Cone Sul (para o sul do estado de Rondônia), que tem origem na agenda desenvolvimentista, sublinhando a potência econômica desta região no Norte do país. Além disso, o nome ‘Tubarão’ – que, como apontei aqui, originou-se do nome de um cacique Salamã e foi, erroneamente, utilizado para denominar os Aikanã. A nota ainda sugere, equivocadamente, que a ‘vila Tubarão’ é um bairro, ou parte do município Chupinguaia. Outrora no coração da área de ocupação tradicional dos Aikanã, Chupinguaia cresceu muito nos últimos anos e se estende, ficando cada vez mais perto da atual terra demarcada. Na celebração do jornalista, em que a ‘vila’ se torna um dos ‘municípios mais ricos’ do chamado Cone Sul, fica evidente certa ideologia predominante, em que riqueza provém de crescimento econômico ilimitado e exploração desenfreada dos recursos naturais. Dizer que o falecido ‘chegou à região’ enfatiza a ideia frequente e ainda amplamente difundida de que os Aikanã e outros povos indígenas não estavam lá originalmente, mas ‘chegaram’ de outro lugar, da mesma forma que os migrantes não indígenas chegaram a Rondônia, durante o segundo ciclo da borracha e, mais tarde, com a melhoria da infraestrutura e a implementação de políticas de ocupação de terras.

Porém, como destaca este artigo, as narrativas dos Aikanã, elas próprias repletas de descrições de pessoas ‘chegando’ à área, oferecem perspectiva oposta.

Conforme discutido neste artigo, apesar da invasão tardia do seringal, a ruptura causada pelos processos de desterritorialização teve um impacto devastador para as populações da região Corumbiara-Apediá. A história dos poucos que permaneceram na área e que voltaram para a terra tradicional mostrou que a perda de terra nesta região era resultado das políticas de ocupação territorial durante a ditadura militar, resultando na demarcação da atual TI Tubarão-Latundê fora do território original e em terra pouco fértil, motivo de preocupação dos Aikanã acerca do futuro. Ao mesmo tempo, lugares familiares e importantes na memória Aikanã encontram-se irreconhecivelmente transformados. De forma mais ampla, o deslocamento e a perda territorial produzem desmemória. Porém, como se vê das narrativas aqui registradas, contar é uma forma de neutralizar o apagamento da trajetória dos Aikanã e outros povos deslocados desta região, na medida em que as narrativas recriam o território no espaço da memória.

AGRADECIMENTOS

Este artigo se baseia em narrativas e histórias de vida coletadas durante vários períodos de trabalho de campo na TI Tubarão-Latundê e em materiais produzidos no contexto do Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas (Museu Paraense Emílio Goeldi/Max Planck/ZAS/Fundação Volkswagen; DobeS Nr 85.611 e 92.740), entre 2012-2020. O presente esboço etno-histórico foi elaborado e publicado na vigência da bolsa do Programa de Capacitação Institucional (PCI) (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), junto à Coordenação de Ciências Humanas, do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. Agradeço à comunidade Aikanã, principalmente a Peridalva Wázerip Salamã e Maria Tadeu Dadü Aikanã, assim como à leitura crítica de Hein van der Voort e Nádia Farage. Agradeço, ainda, o apoio do CNPq e do Museu Paraense Emílio Goeldi.

REFERÊNCIAS

- Aikanã, C., Doelman, W., & Voort, H. van der. (2010). *Mapa etno-histórico dos Aikanã*. [s.n.].
- Albert, C. (1964a). Americo Casara: conquistador pacifique de l'Amazonie. *Lettre d'Amazonie*, 7, 7-11.
- Albert, C. (1964b). Americo Casara: conquistador pacifique de l'Amazonie. *Lettre d'Amazonie*, 8, 6-13.
- Aragon, C., & Algayer, A. (2020). A história contada pelos akuntsú: ocupação territorial e perdas populacionais. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 12(1), 223-234. <https://doi.org/10.26512/rbla.v12i1.29633>
- Bacelar, L. N. (2004). *Gramática da língua Kanoê: descrição gramatical de uma língua isolada e ameaçada de extinção, falada ao sul do estado de Rondônia, Brasil* [Tese de doutorado, Katholieke Universiteit]. <https://hdl.handle.net/2066/19429>
- Bacelar, L. N. (2014). *Pintura corporal, rituais e mitologia Kanoê*. Museu do Índio.
- Becker-Donner, E. (1955). Notizen über einige Stämme an den rechten Zuflüssen des Rio Guaporé. *Archiv für Völkerkunde*, 10, 275-343.
- Becker-Donner, E. (1962). Guaporé-Gebiet. *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research*, (5), 146-150.
- Carneiro da Cunha, M. (2007). Foreword: whose history and history for whom? In C. Fausto & M. Heckenberger (Eds.), *Time and memory in indigenous Amazonia: anthropological perspectives* (pp. 11-14). University Press of Florida.
- Caspar, F. (1953). *Ein Kulturareal im Hinterland der Flüsse Guaporé und Machado (Westbrasilien), dargestellt nach unveröffentlichten und anderen wenig bekannten Quellen, mit besonderer Berücksichtigung der Nahrungs- und Genussmittel* [Tese de doutorado, Universidade de Hamburgo].
- Caspar, F. (1955). *Salamãe* [Manuscrito]. Leiden University, Libraries Digital Collections <https://digitalcollections.universiteitleiden.nl/view/item/1280825>
- Centro Nacional de Arqueologia/Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNA/DEPAM/IPHAN). (2011, jun. 22). *Vistoria a cemitérios indígenas Aikanã* [Relatório]. IPHAN.
- Crevels, M., & Voort, H. van der. (2008). The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In P. Muysken (Org.), *From linguistic areas to areal linguistics* (pp. 151-179). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/slcs.90.04cre>
- Cunha, E. T. (2016). *Quando esse tal de SPI chegou: o Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5349>
- Cunha, E. T. (2017). Da tutela ao protagonismo: a trajetória Cassupá em Rondônia. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 22(2), 223-276. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p223>
- Dequech, V. (1943, jun.). *Comissão para o estudo das jazidas auríferas do Urucumacuan* [Relatório apresentado pelo engenheiro de minas e civil Victor Dequech, Tecnologista XXI da Divisão de Fomento da Produção Mineral]. DNPM. p. 34.
- Dequech, V. (1988a, jul. 3-4). Expedição Urucumacuan: notas do diário de viagem, 1941-1943. *Alto Madeira*, 1-4.
- Dequech, V. (1988b, dez. 11-12). Expedição Urucumacuan: notas do diário de viagem, 1941-1943. *Alto Madeira*, 1-4.
- Dequech, V. (1993a, maio 30-31). Expedição Urucumacuan: notas do diário de viagem, 1941-1943. *Alto Madeira*, 1-4.
- Dequech, V. (1993b, jun. 10-11). Expedição Urucumacuan: notas do diário de viagem, 1941-1943. *Alto Madeira*, 1-6.
- Faria, L. C. (2001). *Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte*. Ouro Sobre Azul.
- Fausto, C., & Heckenberger, M. (Eds.). (2007). *Time and memory in indigenous Amazonia: anthropological perspectives*. University Press of Florida.
- Fonseca, D. R. (2019). Aluízio Pinheiro Ferreira: Maçonaria, Revolução de 30 e a criação do Território Federal do Guaporé. *Revista de Estudos Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña*, 11(2), 138-159. http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-42232020000100138&lnq=en&nrm=iso
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (1985). *Relatório antropológico de demarcação da Terra Indígena Rio Guaporé*. FUNAI.
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (1986). *Relatório antropológico referente a identificação da AI Guaporé-RO (de Leão, M. A. Cruz de Sá)*. MI/FUNAI. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-antropologico-referente-identificacao-da-ai-guapore-ro>
- Galvão, E. (1979). *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Paz e Terra. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:galvao-1979-encontro>
- Galvão, J. (1980). *Relatório de identificação de área indígena dos Aikanã do Território Federal de Rondônia* [Datilografado]. MI/FUNAI.
- Grund, L. (no prelo). A fala *anatukii'ene*: uma leitura das flautas sagradas Aikanã. *Mana*.

- Grund, L. (2023). "When Everything was Forest": Aikanã histories and environmental destruction in Southern Amazonia. *Alternautas*, 10(1), 126-154. <https://doi.org/10.31273/an.v10i1.1244>
- Grund, L., Birchall, J., & Voort, H. van der. (no prelo). *Breve enciclopédia Aikanã. Enciclopédia multimídia como livro digital e aplicativo celular, em Aikanã e Português*.
- Hanke, W. (1950). Breves notas sobre os Índios Mondé e seu idioma. *Dusenía: Publicatio Periodica de Scientia Naturali*, 1(4), 215-228.
- Hanke, W. (1956). Beobachtungen über den Stamm der Huari (Rio Corumbiara Brasilien). *Archiv für Völkerkunde*, 11, 67-82.
- Indígena que viu nascimento de município do Cone Sul de Rondônia morre aos 64 anos no Hospital Regional de Vilhena. (2023, fev. 28). *Folha do Sul Online*. <https://www.folhadosulonline.com.br/noticias/detalhe/2023/indigena-que-viu-nascimento-municipio-do-cone-sul-rondonia-morre-aos-64-anos-no-hospital-regional-vilhena>
- Lévi-Strauss, C. (1948). Tribes of the right bank of the Guaporé River. In J. H. Steward (Ed.), *Handbook of south american indians, 3: the tropical forest tribes* (pp. 370-379). Cooper Square Publishers.
- Lévi-Strauss, C. (1957). *Tristes trópicos*. Editora Anhembi Limitada.
- Lévi-Strauss, C. (1994). *Saudades do Brasil*. Companhia das Letras.
- Maciel, M. N. (2002). *A construção de uma identidade: história oral com os Cassupá* [Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal de Rondônia].
- Meira, M. (2019). *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste amazônico*. EdUFSCar.
- Meireles, D. M. (1989). *Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*. Vozes. <http://www.etnolingustica.org/biblio/meireles-1989-guardiaes>
- Meireles, D. M. (1991). O complexo cultural do marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia*, 7(2), 209-269.
- Maybury-Lewis, D. (1981). *In the path of polonoroeste: endangered peoples of western Brazil*. Cultural Survival.
- Melatti, J. C. (2016). Mamoré-Guaporé. In Autor, *Áreas etnográficas da América indígena* (Capítulo D-5, pp. 1-10). UnB. <http://www.julielatti.pro.br/areas/d5guapore.pdf>
- Mindlin, B. (1997). *Moqueca de maridos: mitos eróticos (Betty Mindlin e narradores indígenas)*. Record/Rosa dos Tempos. <http://www.etnolingustica.org/biblio/mindlin-1987-moqueca>
- Moritz, F. (1916). *Relatório da expedição dos campos de comemoração de Floriano ao Rio Guaporé*. Comissão de Linhas Telegraficas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas.
- Nordenskiöld, E. (1924). *Forschungen und abenteuer in südamerika*. Rohrer.
- Possuelo, S. (2015). Sydney Possuelo. In F. Milanez (Org.), *Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil* (pp. 267-318). Edições SESC.
- Price, D. (1981). The Indians of southern Rondônia. In D. Maybury-Lewis (Ed.), *In the path of polonoroeste: endangered peoples of western Brazil* (pp. 34-45). Cultural Survival.
- Ramirez, H., Vegini, V., & França, M. C. V. (2017). O warázu do Guaporé (tupi-guarani): primeira descrição linguística. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 17(2), 411-506. <https://doi.org/10.20396/liames.v17i0.8647468>
- Reesink, E. (2010). *Allegories of Wildness: The name, fame and fate of the Nambikwara: Three Nambikwara ethnohistories of sociocultural and linguistic change and continuity*. Rozenberg Publishers. <http://etnolingustica.wikidot.com/biblio:reesink-2010-allegories>
- Roquette-Pinto, E. (1917). *Rondonia* (Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Vol. 20). Imprensa Nacional.
- Rondon, C. M. S. (1916). *Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraficas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas sob a direção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915 publicados em artigos...* Typographia do Jornal do Commercio.
- Rondon, C. M. S. (1946). Índios do Brasil: do centro ao noroeste e sul de Mato-Grosso (Vol. 1). Conselho Nacional de Proteção aos Índios.
- Rondon, C. M. S., & Faria, J. B. (1948). *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil* (Tomo 1, Publicação n. 76). Conselho Nacional de Proteção aos Índios. <http://www.etnolingustica.org/biblio:rondon-1948-glossario>
- Rondon, C. M. S., & Mattos, F. J. G. (1952). *Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas (1:1.000.000)*. Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército.
- Rondon, C. M. S. (2003). *Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégias de Mato Grosso ao Amazonas/sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915* (Vol. 8). Edições do Senado Federal. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1077>
- Snethlage, E. (1937). *Atiko y: Meine Erlebnisse bei den Indianern des Guaporé*. Klinkhardt & Biermann. <http://www.etnolingustica.org/biblio:snethlage-1937>

- Soares-Pinto, N. (2009). *Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. <https://hdl.handle.net/1884/22323>
- Soares-Pinto, N. (2010). Wajuru. In C. A. Ricardo & F. P. Ricardo (Eds.), *Povos indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wajuru>
- Soares-Pinto, N. (2014). *Entre as teias do marico: parentes e pajés djeoromitxi* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. http://www.dan2.unb.br/images/doc/Tese_128.pdf
- Théry, H. (2012 [1976]). *Rondônia mutações de um território federal na Amazônia federal*. SK Editora.
- Trubiliano, C. A. B. (2017). Apontamentos sobre a economia da borracha e a exploração da mão de obra indígena em Rondônia. *Nanduty*, 5(7), 45-63. <https://doi.org/10.30612/nty.v5i7.7789>
- Valadão, V. (1996). Os índios ilhados do Igarapé Omerê. In Instituto Socioambiental (Org.), *Povos indígenas no Brasil: 1991/1995* (pp. 545-549). Instituto Socioambiental.
- Vasconcelos, I. (2005). Aikanã. In C. A. Ricardo & F. P. Ricardo (Eds.), *Povos indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Aikan%6c3%a3>
- Voort, H. van der. (2004). *A grammar of Kwaza*. Mouton de Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110197280>
- Voort, H. van der. (2013). Fala fictícia fossilizada: o tempo futuro em Aikanã. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8(2), 359-377. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000200009>
- Voort, H. van der. (2016). Aikanã and Kwaza: their ethno-historical and sociolinguistic context in Rondônia, Brazil. In L. Filipović & M. Pütz (Eds.), *Endangered languages and languages in danger: issues of documentation, policy, and language rights* (pp. 203-230). John Benjamins.
- Voort, H. van der. (2021). *Formulário para a patrimonialização da língua Kwazá*. *Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)*. IPHAN.
- Voort, H. van der. (2023). Two multilingual regions in southwestern Amazonia. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 19(2), 3. <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol19/iss2/3/>
- Xerez, S. M. (1946). *Pequeno vocabulário dos dialetos Macurape, Mondé e Caritiana*. Manaus.
- Zack, E. (1943). *Turma de exploração no Oéste de Mato Grosso: relatório; vocabulário das tribus Massacá, Salamãin, Coaiá e Canoê* [Manuscrito]. MI/FUNAI.